

O TERRITÓRIO AMEAÇADO: VALE DO RIBEIRA/SP¹

Sheyla Saori²

Este texto é uma primeira aproximação aos debates em torno à economia verde relacionada à realidade de mulheres agricultoras familiares e quilombolas do Vale do Ribeira. Para sua elaboração foram realizadas duas reuniões da equipe da SOF com o objetivo de resgatar o histórico de ocupação da região e descrever os mecanismos básicos de financeirização da natureza. Também foi realizado um grupo focal com cinco mulheres agricultoras e quilombolas de um bairro rural e dois quilombos da Barra do Turvo, em agosto de 2018. A participação de integrantes da equipe em eventos nacionais e internacionais relacionados ao tema também foi responsável por parte dos debates e subsídios aqui resgatados. Uma primeira apresentação do texto foi realizada junto a agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo em 18 de setembro e suas reflexões foram aqui inseridas. A proposta é seguir realizando reuniões sobre o tema com as agricultoras e quilombolas e com algumas das participantes dos grupos de consumo solidário. A continuidade do debate permitirá posterior organização de novo texto em torno a argumentos chave, como os propostos na conclusão.

LOCALIZANDO O TERRITÓRIO:

Para entendermos como a economia verde opera no Vale do Ribeira é preciso olhar para a história de exploração do capital sobre este território. O território foi um local de conquista, pela exploração do ouro no ano de 1530, e, após este período, outros ciclos de exploração econômica foram se instalando: outros minérios, arroz, chá, café e banana. Para ocorrer esta produção e comercialização, foram construídas rotas como a estrada de ferro até o porto e a BR-116. A produção e comercialização, nesses moldes, também dependem da exploração de pessoas, antigamente indígenas e escravos na

¹ Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da SOF e não representa necessariamente a posição da FRL.

² Sheyla Saori é agrônoma, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Compõe a equipe técnica da SOF. Agradecemos a Gláucia Marques, Isabelle Hillenkamp, Miriam Nobre e Natália Lobo pelos comentários, e a Helena Zelic pela revisão.

mineração, hoje pessoas do local, que recebem baixos salários e péssimas condições de trabalho em monoculturas de bananas.

Em 1960, as terras do Vale do Ribeira começam a ser valorizadas e especuladas no mercado imobiliário. O processo confluía com o das já existentes ocupações irregulares de grandes latifundiários na região e com a presença de mineradoras operando em Cajati, Apiaí e Itaoca. O Parque Estadual de Jacupiranga-PEJ foi formado em 1969 por iniciativa do Instituto Florestal, abrangendo seis municípios: Barra do Turvo, Cananéia, Cajati, Jacupiranga, Iporanga e Eldorado. Neste período, havia a ideia de se manter uma floresta preservada para combater os desmatamentos pela abertura de grandes obras, estradas e rodovias, e impedir o domínio da poluição gerada pelas indústrias que se instalavam nos países com a promessa de desenvolvimento. A preocupação com o meio ambiente se mostra importante, mas com conflitos: nestas unidades de conservação, não poderiam existir pessoas e os parques começam a ser implantados em territórios ocupados por quilombolas, indígenas e agricultoras/es, em locais bem distantes de onde ocorria o que é chamado de “desenvolvimento”. Ao fim eram estas comunidades que acabavam sendo responsabilizadas pela situação.

Desde então, muitos conflitos vêm ocorrendo entre as comunidades tradicionais e a gestão do parque. Fazia-se necessário que o Instituto Florestal reconhecesse a existência de pessoas morando dentro daquele parque, que viviam com a natureza presente: pescando, usando os rios para se locomover, fazendo roças, fazendo romarias, celebrações, criando animais, puxando água das nascentes etc. Após lutas e resistências das comunidades locais e processos de negociação com o poder público, em 2008, já na vigência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), parte do território do parque e áreas contíguas, por incluir a presença de moradores, foram categorizadas em: RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), APA (Área de Proteção Ambiental), PE (Parque Estadual) e RESEX (Reserva Extrativista), e seu conjunto passou a compor o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC). Neste novo desenho, o parque também muda a gestão, que era feita pelo Instituto Florestal, e começa a ser executada pela Fundação Florestal, ambas instituições que respondem à mesma secretaria. Segundo uma liderança da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) na região, o discurso da Fundação Florestal ao instituir o mosaico era o de tentar solucionar os

conflitos por terras. Para ela, trata-se de um conflito que se prolonga, pois considera apenas as diferenças de manejo e não a demarcação de terras concretamente.

O MUNDO NO TERRITÓRIO:

No período de 1960 até 1990, a política de desenvolvimento econômico era baseada na abertura de novas áreas para implantação da pecuária, da soja, plantação de eucaliptos e pinus, e também de indústrias, nacionais e estrangeiras, explorando a terra, água, madeira e outros produtos das florestas. Muitas comunidades tradicionais, extrativistas e da pesca, que mantinham uma relação equilibrada com a natureza, foram expulsas de seus territórios para dar lugar aos pastos, indústrias, barragens, mineradoras e portos. As pessoas que ainda conseguiam resistir no território começaram a enfrentar os desafios de produzir, comercializar, as dificuldades da falta de estradas locais, da ausência de políticas de saúde e educação. Essa somatória resultou, nesse período, em uma intensa migração das pessoas do campo para as cidades. Nessa mesma época, os movimentos sociais de luta pela terra, pelas florestas, ONGs, sindicatos e pastorais da terra começaram a denunciar a expulsão destes povos de seus territórios e a degradação ambiental deste modelo de “desenvolvimento” imposto pelos governos.

Em 1992, sediada no Brasil, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (mais conhecida como Eco 92 ou Rio 92), que reuniu líderes de todos os países para discutir a situação ambiental no mundo. Neste encontro, alguns líderes assumiram acordos e determinaram o significado de “desenvolvimento sustentável”: proteção ao meio ambiente, reconhecimento dos direitos humanos, ações para minimizar os impactos da pobreza e fome, reconhecer as comunidades que vivem da natureza etc. Grandes empresas participaram desta conferência, inclusive na formulação de propostas para o desenvolvimento sustentável, dentre elas: a Monsanto, Bayer (hoje a primeira foi comprada pela segunda) na área de segurança alimentar e da saúde; e a Coca-Cola e a Nestlé fazendo propostas para o uso da água. O interesse em manter o lucro econômico das empresas em cima da exploração dos territórios e das pessoas precisava ser colocado ao lado de uma ética ambiental e social, como uma “máscara verde”. O plano para compactuar os acordos entre os líderes

de governo e os donos das empresas foi o de legitimar esta exploração através dos governos em âmbito federal, estadual e municipal, através de políticas públicas.

ECONOMIA VERDE E A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA:

Os grupos econômicos, os mesmos que formularam propostas para o uso da terra, florestas e água, nas diversas conferências mundiais de meio ambiente, são como associados ou sócios de negócios comerciais. Estes grupos possuem muito dinheiro acumulado, mas trata-se de um dinheiro invisível, chamado de ação. As ações são títulos vendidos pelas empresas no mercado para obter investimentos. Quando compramos uma ação, estamos adquirindo um pequeno pedaço (capital) da empresa e assim nos tornamos sócios dela. Há muitos grupos que possuem ações: os bancos (como o Itaú), as indústrias que plantam eucaliptos (como a Klabin), as empresas mineradoras (como a Vale S.A., a mesma que explora os minérios na cidade de Cajati). Estas ações são negociadas na bolsa de valores, local onde os grupos econômicos compram, vendem e compartilham dos lucros. As ações estão diretamente ligadas às riquezas de patrimônio, ou seja, daquilo que se produz e se acumula (como a soja e o peso do boi), de títulos sobre terras e de valores imobiliários. Também existem ações na forma de serviços, pelos chamados títulos de serviços. Exemplo destes títulos é o que chamamos de “mercado de carbono” apresentados sob a sigla PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais).

As empresas, para continuarem lucrando e poluindo, adotaram o discurso de que o aquecimento global será controlado através das florestas preservadas porque elas conseguem despoluir o meio ambiente. Então as grandes indústrias, para produzir petróleo, energia, insumos e desmatar grandes áreas para pastos, liberam muito CO₂ (gás carbônico) na atmosfera e, em contraponto, começaram a pesquisar o quanto de CO₂ as árvores conseguem consumir para reduzir os problemas ambientais. Muitas pesquisas³ são direcionadas a esse mercado para garantir o discurso de que as florestas preservadas conseguem despoluir a atmosfera. Todas divergem, porém, em relação aos seus resultados, que possuem muitas variações e são complexos de aplicar, porque as

³ Cartilha “10 Alertas sobre REDD para comunidades”

Disponível em: www.wrm.org.uy/pt/files/2012/10/10_Alertas_REDD_impresion_port_peq.pdf

florestas também são complexas. Cada espécie de árvore varia em relação a seu ambiente e à captação de CO₂. Mas os projetos de PSA, para precificar o carbono, desconsideram as relações ecológicas, se utilizando de um método mais simples e aplicável chamado MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), que baseia os valores na cédula de carbono: assim, se propõe a quantificar quanto vale determinada quantidade de carbono consumido da atmosfera pelas árvores. O IEA⁴ (Instituto de Economia Agrícola) demonstrou que o hectare de área preservada vale, na bolsa de valores, R\$ 11.071,57, significando um aumento de 847% nos últimos 20 anos.

Essa lógica torna equivalente o que não é: o ciclo de carbono geológico de longo prazo, em que os combustíveis fósseis permanecem no subsolo por milênios; e o ciclo curto do carbono superficial, que envolve o armazenamento de carbono nas árvores, plantas e solos por períodos de tempo relativamente curtos. Assim, muitas áreas verdes, como áreas de parques, já são altamente valorizadas neste mercado. Cria-se um mercado de terras para essas áreas. Esta prática é muito comum no mercado financeiro e legitimada através de uma sigla: a política de REDD (Reduções de Emissões Decorrentes do Desmatamento e Degradação de Florestas), que foi criado em uma conferência internacional (COP 16)⁵ e que permite a remuneração pelas florestas preservadas.

Imagine se a paisagem que você vê todos os dias da sua varanda seja vendida na bolsa de valores? Ou se o ar que você respira seja uma ação muito especulada? Se o trabalho de polinização das abelhas tivesse um preço ou se o conhecimento tradicional da receita do cuscuz quilombola fosse vendido? Parece uma piada e é difícil pensar nesta situação, mas, assim como imaginamos ter muita água no mundo, e que ela é infinita porque os mares e rios também evaporam e novamente se produz mais água, o capital também se mantém infinito nesta lógica – e torna mais finitos os nossos recursos. É o que chamamos de “economia verde” e “financeirização da natureza”, que

⁴ Matéria publicada na Revista Exame em 6/09/2018. Áreas verdes valorizam 847% no Estado de São Paulo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/areas-verdes-valorizam-847-no-estado-de-sao-paulo/>

⁵ Conhecida como Conferência das Partes. Foi durante a 16ª COP que o termo REDD foi criado, com o objetivo de permitir a remuneração financeira para se manter uma floresta preservada. Estes recursos são pagos através dos financiadores para os governos e, por sua vez, repassados a projetos ambientais, sociais e prefeituras.

nada mais são do que a natureza, e também as relações que existem nela, transformada em títulos e lucro para as empresas na bolsa de valores.

COMO ISSO APARECE NO VALE DO RIBEIRA?

A SOF realizou uma roda de conversa com algumas mulheres do território para entender como elas sentem a presença da financeirização da natureza em suas vidas. Acompanhando a história da luta para afastar o parque e a posterior negociação do MOJAC, as mulheres citaram a presença de organizações como sindicatos de trabalhadores rurais, associações como a Cooperafloresta, e ONGs como o IDESC (Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania) e o PROTER (Programa de Terras - Assessoria e Pesquisa em Educação). Estas organizações têm maior presença no começo dos anos 1990 e na época da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), quando ações positivas em relação ao meio ambiente e ao reconhecimento de comunidades tradicionais dentro do parque tornaram-se pauta na agenda. Algumas organizações começaram a receber financiamentos para trabalhar com o desenvolvimento sustentável nas comunidades, mas não havia um debate crítico sobre os objetivos dos financiadores – alguns deles bancos, que têm em sua missão o retorno aos investidores, como é o caso do Banco Mundial e BNDES. Nesse período, muitas pesquisas também começaram a ser implantadas nas áreas do parque: *“a EMBRAPA veio fazer umas medições, dividia as áreas e ficava medindo este carbono”*, relata uma agricultora quilombola quando citamos a lógica do capitalismo verde. Outra agricultora, moradora de um bairro na BR-116, cita em relato ter participado de uma pesquisa sobre plantio de árvores em seu sítio e se queixa da maneira como se envolveu, que não fazia sentido para a rotina dela: *“só acompanhava homens para entrar na mata e ficar medindo árvores. Ficava olhando para uma árvore do sítio, perdia tempo e me sentia invadida porque era obrigada a acompanhá-los quando apareciam”*.

Percebemos como a necessidade de manter a autonomia em relação à natureza é uma preocupação que existe entre as pessoas que vivem neste território. As relações de preservação da natureza que as comunidades tradicionais estabelecem são influenciadas por aspectos espirituais e culturais que simbolizam a existência e continuidade das

pessoas naquele local. Isso está numa grande figueira que simboliza os mortos ou na passagem na mata, ao lado do rio, onde são feitas as romarias, e por assim vai. A biodiversidade, para estes povos, é considerada para além dos recursos genéticos e de espécies de plantas: inclui a interação de saberes e relações entre os diferentes modos de vidas com a natureza, que acabam respondendo aos problemas com soluções coletivas e locais. Podemos citar a experiência do grupo de mulheres Esperança, do bairro Bela Vista, na Barra do Turvo. Ao verificarem a contaminação da água servida nas casas, as mulheres se colocaram em um processo de auto-organização, junto a um grupo de permacultura da periferia de São Paulo, para a construção de fossas sépticas.

Um episódio que coincidiu com a vida das comunidades quilombolas da Barra do Turvo e de outras comunidades do estado do Paraná foi a presença da TNC (The Nature Conservancy), uma ONG que atua em projetos de conservação ambiental e que é financiada por empresas poluidoras e bancos que lucram com os serviços ambientais. Esta organização foi apresentada através da Fundação Florestal para as comunidades e veio com a proposta de realizar replantios de árvores em áreas dos quilombos. Eles levariam as mudas, teriam técnicos para ajudar na implantação, recursos financeiros para cercar a área plantada e ofereceriam pequenos salários para os moradores que ajudassem na manutenção das mudas de árvores. Foi relatado por uma liderança quilombola que os projetos de conservação ambiental sempre foram bem vindos nas comunidades, uma vez que a necessidade de preservar é importante. Mas as pessoas começaram a questionar as espécies de árvores que seriam plantadas, que não eram espécies conhecidas por elas. Questionavam também como seria a utilização da área cercada para estas árvores, pois gostariam de continuar transitando nestes locais. Como nunca obtinham respostas concretas e os técnicos da entidade não conseguiam esclarecer as dúvidas, as comunidades optaram por não atender ao projeto da TNC.

No Estado do Paraná foi diferente, pois a TNC se instalou nos territórios. Ouvimos o relato de como se deu a entrada da ONG: o projeto se instalou, mas, após muitas contradições, as pessoas começaram a desconfiar, pois as áreas foram cercadas e as pessoas perdiam a liberdade de transitar nestes locais. Depois de muita ação no Ministério Público, os agricultores obtiveram a informação que a área cedida para a TNC era um contrato de 99 anos de uso da área. Isso significa que a comunidade perderia seu território para essa organização, que tem relação com empresas de

fertilizantes e agrotóxicos, como a Dow Chemical Company e a Cargill, empresas do setor elétrico e de exploração da água como a Bavaria, a Coca-Cola, a Quito Electrical Contracting Company e a Itaipu Binacional. Outra contradição estava nos pagamentos financeiros, conhecidos como Bolsa Verde ou Bolsa Floresta, prometidos para as pessoas que ajudavam a preservar. Há pagamentos que nunca foram feitos e aqueles que eram realizados, em torno de R\$ 200,00 a cada dois meses, não valiam a perda da liberdade em seu próprio território.

Durante nossa roda de conversa, uma agricultora do bairro Bela Vista cita que conheceu o projeto de Bolsa Verde durante um intercâmbio em Minas Gerais. Afirma que pareceu um bom negócio para os agricultores da região. Em Minas Gerais, a política de Pagamentos por Serviços Ambientais foi implantada pelo Governo do Estado e a bolsa era um incentivo às famílias produtoras locais para preservar áreas de reservas e iniciar o processo de transição agroecológica. As organizações que trabalham com a agricultura familiar na região, na época, começaram a se inserir em reuniões e conhecer o projeto de PSA. Afirmaram que o discurso era que os incentivos vinham de multas, doações e da atribuição da lei orçamentária anual, principalmente da FHIDRO (Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais), cujo recurso é oriundo de compensações financeiras de áreas inundadas por grandes projetos de barragens de geração de energia. Os técnicos e a agricultura familiar envolvida nestes projetos alegaram que as informações sobre a valorização de terras e os incentivos relacionados ao mercado de carbono não eram mencionados. Apenas surgiam créditos, bolsas e benefícios em prol da conservação, através dos projetos para preservação, com as informações limitadas e a agricultura familiar local apenas se mobilizando para receber os créditos.

Nesta situação, devemos considerar que os danos causados pelas compensações de áreas inundadas, muitas delas questionadas, sobretudo, pelas comunidades afetadas, deveriam ser substituídas em outra matriz energética. No mesmo sentido, os recursos que provêm destes fundos, e que beneficiam a população atingida, acabariam existindo através de outras fontes que não aquelas que exploram as pessoas e os territórios. Este ciclo de exploração-compensação é uma maneira de manter privado o acesso da população aos recursos públicos e ao território, alienando desta maneira, à condição de

exploração dos bens comuns da humanidade e a relação que os povos tradicionais constroem na natureza.

A publicação da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), intitulada *Visões alternativas ao pagamento por serviços ambientais*, mostra que essa estratégia de abordagem dos projetos de PSA em territórios onde as políticas públicas são deficientes é também uma maneira que as organizações locais encontram como alternativa para acessar créditos e recursos que nunca foram acessados. As experiências relatadas na região amazônica mostram como os projetos de PSA são mais comuns em áreas de parques e reservas extrativistas, assim como o Vale do Ribeira, e que as organizações locais ainda acreditam que podem ser uma alternativa ao avanço do agronegócio e da mineração. Mas, na condição concreta de vivenciar os projetos de PSA, as relações de exploração que são determinadas por este tipo de projeto acabam não fazendo sentido para as populações locais, pois os valores pagos pela Bolsa Verde não condizem com o tempo de regeneração florestal ou transição agroecológica, tampouco com o tempo de trabalho exercido nestas áreas, colocando novamente a agricultura familiar e povos tradicionais na condição explorada de mão de obra barata e de meros produtores de matéria-prima. Considerando que a questão da comercialização ainda é um desafio e se mantém desconectada da produção, esbarra-se nas condições impostas pelas normas de vigilância sanitária, atendimentos burocráticos de agroindústrias, dificuldades em formalizações de associações e cooperativas, e um mercado ainda controlado por atravessadores.

A relação de autonomia, de ter a liberdade de transitar no território e se sentir parte dele, foi também pontuada pelas agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo quando os parques e projetos de conservação do meio ambiente começaram a existir. A polícia ambiental aumenta sua fiscalização, questiona a maneira de plantar e produzir nas roças, exige que as pessoas comecem a fiscalizar seus vizinhos e parentes, dá rádios para as pessoas se comunicarem com o parque e fazerem denúncias. Uma agricultora lembra que, nesse período de fiscalização mais acirrada, não podia mexer nem no mato que estava crescendo ao redor de casa, e relata que foi um período de muita confusão e brigas entre as pessoas da comunidade: *“colocavam uns contra os outros, parecia que era de propósito”*. Vale ressaltar que, no ano de 1998, não havendo mais recursos do Governo Federal para preservação, um banco alemão (KFW) inicia investimentos nas

áreas do PEJ (Parque Estadual do Jacupiranga) e entorno, agravando mais o conflito. Outros parques utilizaram seus recursos em planos de gestão e formação de conselhos consultivos. Apenas o PEJ destinou seus recursos para privilegiar ações de fiscalização contra as comunidades, as considerando criminosas, colocando a questão da ocupação um caso de polícia. (BIM & FURLAM, 2013).

A economia verde tem se manifestado estratégica para abordar os territórios com o sentido de desconectar as pessoas dos problemas locais comuns. O sentimento de contradição que as mulheres citaram durante a roda de conversa traz esta impressão: cooptam as lideranças locais para não haver muito questionamento entre as pessoas, se apresentam de forma atrativa, com uma linguagem inclusiva de resgate cultural e conservacionista, apresentam projetos para jovens e mulheres, oferecem auxílio financeiro para as pessoas que estão dispostas a tocar os projetos e colocam pessoas da comunidade para fiscalizar umas às outras, e também se mostram proativos para ajudar na produção e comercialização agrícola.

Na região do alto Vale, a presença das empresas mineradoras, como a Camargo Correa e a Votorantim, influencia diretamente a vida das comunidades, promovendo desde eventos de saúde e lazer até a construção de agroindústrias nos bairros rurais. Ao ouvir o relato de uma agricultora do Rio Grande do Sul sobre as audiências públicas realizadas pelas mineradoras na região, ficam claras as contradições que aparecem junto aos projetos: as mineradoras, através de ONGs e prefeituras, atuam nas escolas com as crianças e falam sobre educação ambiental, em um projeto comunitário muito bonito. Ao mesmo tempo, quando realizam audiências públicas, geralmente fazem em locais distantes. As pessoas vão com a intenção de participar, passam o dia inteiro sem comer, e não conseguem ficar até o final para fazer suas falas e serem ouvidas. Este é apenas um exemplo do conflito incutido nesses projetos, que envolvem as comunidades e mantêm as pessoas isoladas e sem disposição para participar dos espaços de decisão.

Na realidade, trata-se de projetos que utilizam uma máscara verde. O discurso da preservação nada mais é do que a busca por levantar mais áreas em potencial para o mercado de carbono. Geralmente financiados por bancos privados, outros projetos de pagamentos por serviços ambientais também estão surgindo na região, e com outros formatos: projetos que incluem o mapeamento de empreendimentos da agricultura

familiar, áreas com agroflorestas, produções sem uso de agrotóxicos etc. Os projetos geralmente são atrativos, surgem através das prefeituras ou outros órgãos públicos, e com promessas de pagamentos pela preservação de matas ciliares e nascentes. Mas, como no caso do Estado do Paraná, os contratos não são apresentados às pessoas beneficiárias e envolvem a cessão de uso das áreas para o governo. Indiretamente, colaboram para a especulação dos grupos econômicos que financiam o projeto e lucram com as ações na bolsa de valores. Na região do Vale do Paraíba e Vale do Ribeira, um projeto financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), apresentado através da Fundação Florestal e prefeituras locais, foi colocado à agricultura familiar com o objetivo de restauração ecológica e adoção de sistemas produtivos sustentáveis. Este projeto, como afirma a Fundação Florestal em matéria divulgada no *Jornal do Agrônomo* em 2018, obriga a população local a fazer manejo de espécies exóticas e praticar protocolos que garantam a conservação de animais silvestres.

Pensando nos espaços de decisão que as comunidades possuem no território, as mulheres afirmam que o conselho do parque tem sido o único espaço que faz a comunicação da política das unidades de conservação com a vida das pessoas no território. Durante a roda de conversa, as agricultoras relataram inúmeros projetos que surgem através do conselho do parque, muitos com objetivos de preservação de animais e outras espécies ameaçadas da Mata Atlântica, como o papagaio do peito roxo. Segundo as mulheres, as parcerias com ONGs e outras ações sociais também são apresentadas através deste conselho, mas demonstram insegurança ao falar das pautas, que são apresentadas de maneira confusa – *“eles falam dos projetos, mas não aparecem nada aqui”*, observaram.

Além dos projetos voltados ao meio ambiente, mais uma preocupação surgiu após a negociação do MOJAC: se estabeleceu a obrigatoriedade de que um plano de manejo fosse elaborado até cinco anos depois da implantação do parque. O plano de manejo incluiria o ajuste de 5% dos limites do parque, resolvendo a situação de famílias que permaneceram dentro dele. Até hoje o plano de manejo não foi elaborado. Os fazendeiros criadores de gado entraram na disputa pelos 5% do ajuste, inclusive criando uma associação que envolve também agricultores familiares. Postergar a solução do conflito só faz alimentá-lo. Segundo as mulheres, não há como realizar demarcações no parque sem a titularidade de terras dos quilombos. Este é um problema que ainda se

estende, pois não é uma situação que envolve apenas as vontades de dois lados, o do parque e dos quilombos, mas também os interesses do grande capital na especulação dessas áreas. No atual momento, a demarcação física dos limites do parque por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta negociado pelo GAEMA-MP (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do Ministério Público) torna mais complexa a situação, pois há o risco de que a disputa por terras acarrete em mais fiscalização, criminalização das comunidades dentro do parque e na perda de seu território.

A economia verde no território do Vale do Ribeira ocorre para além da disputa por titulação de terras, utilizando-se da especulação de áreas preservadas, o que tem se mostrado ainda mais vantajoso. A presença dos parques e de outras organizações, com projetos de conservação e preservação da Mata Atlântica, acaba legitimando a imposição do capital e a consequente reorganização da vida das pessoas que ali residem.

AGROECOLOGIA E ECONOMIA FEMINISTA: AS MULHERES DIZEM NÃO À ECONOMIA VERDE!

A economia do mundo é baseada na concepção de que o trabalho e a exploração da natureza são simples produtores de bens e serviços. É diferente e incompatível com as relações que os povos e comunidades tradicionais estabelecem com a natureza. Para a produção capitalista e o lucro continuarem existindo, foram criadas falsas posições e valores para as coisas: “vida produtiva” x “vida reprodutiva”, “público” x “privado” e “natureza” x “cultura”. As relações comunitárias e os trabalhos socializados foram colocados em uma posição inferior aos trabalhos com valores de mercado ou remunerados. Desta mesma maneira, os trabalhos das mulheres – trabalhos domésticos, de cuidado com os filhos, nas hortas ou nos quintais – também foram colocados como inferiores frente ao desenvolvimento dos mercados, estes gerenciados e comandados por alguns poucos homens, que acumulam capital e poder na sociedade. A maneira como o capitalismo explora a natureza apenas para gerar produtos e, assim, gerar lucro é a mesma que explora o trabalho das mulheres e mercantiliza suas relações para servir aos mercados.

Os trabalhos que as mulheres realizam, com os cuidados com a casa, crianças e idosos, servem de sustentação para este sistema de exploração e lucro. Os trabalhos das mulheres ganham outras preocupações quando um território como o Vale do Ribeira é ocupado pelas dimensões do mercado: o trânsito de caminhões é uma representação violenta do circuito do agronegócio na região quando as mulheres demonstram medo de atravessar a pista ou deixar as crianças no quintal. Outra situação é a própria mercantilização do corpo, quando a prostituição se torna presente para atender a esse circuito ou ao circuito da construção de grandes obras. A presença dos parques e de áreas restritas para preservação também influencia na falta de oportunidades e ausência de infraestrutura adequada, como estradas, postos de saúde, áreas de lazer e eletricidade. Estes são alguns dos fatores que levam muitas jovens a sair de suas casas para viver em cidades como Curitiba e São Paulo em trabalhos precários. A criminalidade relacionada a drogas e assaltos a caminhões de cargas, por exemplo, torna-se frequente e é a justificativa apresentada para a entrada da militarização nestas áreas, que, por sua vez, seguindo a lógica da economia verde, cada vez mais têm sido privatizadas. A privatização é responsável por colocar as pessoas em situação de medo, perdendo sua autonomia e ficando reféns em seu próprio território.

As mulheres têm percebido mudanças nos ambientes: a poluição dos rios, mortes de peixes, doenças nas crianças, o agrotóxico pulverizado, novas doenças e pragas nas plantações. E são elas quem também têm mantido a biodiversidade do território: coletam e guardam sementes, trocam mudas de plantas e receitas antigas, criam animais no terreiro e plantam sem agrotóxicos. As mulheres afirmam que *“é justamente porque nós transitamos no território que a preservação da diversidade existe. Não tem lógica limitarem nossas trocas com a natureza e colocarem cercas dizendo que é para preservação. E, depois da cerca colocada, aparecer projetos para ensinar a gente a fazer manutenção das sementes”*. Este relato reforça que a liberdade de se relacionar com a natureza e estabelecer outros valores, além dos valores da economia hegemônica, é importante para que as pessoas continuem existindo no território.

As experiências que envolvem a agroecologia e a economia solidária tem sido cada vez mais parte da resistência destes povos. Na Barra do Turvo, as mulheres agricultoras e quilombolas têm construído, junto a rede de grupos de consumo de São Paulo, um circuito alternativo ao mercado dos atravessadores e do agronegócio da

região. Ao mesmo tempo, outras redes populares, com apoio de movimentos sociais, têm se concretizado para debater e valorizar as experiências locais como uma resistência a este modelo de ocupação e financeirização da natureza. O grupo Carta de Belém, que aglutina diversas organizações e movimentos sociais⁶, compartilha a luta contra o REDD e tem apoiado diversos encontros que favorecem o debate e as conexões dos problemas nos territórios. O último encontro foi o Seminário “Financeirização da Natureza: Violações de Direitos contra Povos e Territórios”, que ocorreu em Porto Alegre no mês de setembro de 2018. Foi um espaço onde as e os participantes puderam compartilhar experiências das redes de produção e comercialização agroecológicas e colocar como elas também representam a luta concreta nos territórios: as feiras locais, as relações solidárias, os circuitos próximos de comercialização e os encontros de agroecologia são importantes para entender e não aceitar os projetos de PSA. Isso inclui reafirmar que a agroecologia camponesa é a maneira de sentirem, no dia a dia, a resistência aos projetos da economia verde, mostrando que continuar existindo, morando, transitando e ocupando o território é hoje a maneira de resistir ao avanço da financeirização da natureza.

Em âmbito internacional, a aliança estadunidense It Takes Roots, em conjunto com organizações como Transnational Institute (TNI), Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC), Confederação Sindical das Américas (CSA), Coordenação Latinoamericana de Organizações Camponesas (CLOC) e Marcha Mundial das Mulheres, propõe uma articulação que confronte os mecanismos de mercado nas negociações de clima e sistematize experiências que concretizem uma “transição justa”. Esta aliança é integrada por quatro alianças de organizações de base e, com o protagonismo de organizações indígenas articuladas na IEN (Indigenous Environmental Network), organiza mobilizações e formações políticas que sustentam uma posição contrária à REDD e ao mercado de carbono, que são identificados como uma forma atual de colonialismo.

⁶ Amigos da Terra – Brasil/ANA – Articulação Nacional de Agroecologia/Associação Agroecológica Tijupá/APACC /APA-TO – /CEAPAC /CEDENPA /COFRUTA /Coletivo Jovem Pará/Comissão Quilombola de Sapê do Norte /CONTAG /CUT /FASE /FAOC –/FAOR /FEAB /FETAGRI /FETRAF /FMAP /FORMAD /Fórum BR 163/Fórum Carajás/FMCJS /FUNDO DEMA/GIAS /GMB /IAMAS /INESC /MAB /Malungu /MAMEP – Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará/MMC/MMM /MMNEPA /MMTA-CC /MPA /Movimento Xingu Vivo para Sempre/MST /RBJA /REBRIP/RECID/Rede Cerrado/Rede Alerta contra o Deserto Verde/Reserva Extrativista Marinha Araf-Peroba/Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá/Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns/SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos/STTR – Abaetetuba/STTR – Cameté/STTR Lucas do Rio Verde – Mato Grosso/STTR – Santarém/Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos/UNIPOP – Universidade Popular/Via Campesina Brasil

CONCLUSÃO: CONTINUANDO O DEBATE

Este texto descreve o processo de ocupação do Vale do Ribeira, como se dão os mecanismos da economia verde, como eles são percebidos pelas agricultoras e quilombolas no Vale do Ribeira e como se articulam resistências em âmbito nacional e internacional. A continuidade do debate e sua sistematização terão como referência alguns argumentos:

1. Os mecanismos da economia verde delimitam determinado uso para a terra que não necessariamente considera as vontades das pessoas que nela vivem e trabalham. O controle, restrição de acesso à terra ou uso dos recursos que atentam contra a autonomia das comunidades na forma de organizar sua vida econômica, social e cultural são mecanismos que criam um mercado específico de terras, elevando artificialmente o preço da terra-mercadoria. Como causa e consequência está o conflito em torno à posse e ao uso da terra.

2. O capitalismo reduz a natureza a um recurso incorporado ao ciclo de produção na forma de matéria-prima. O capitalismo verde expande esta lógica transformando novas partes fragmentadas da natureza, como a absorção de gás carbônico e a polinização, em mercadoria. As comunidades tradicionais, em particular, não operam na lógica antropocêntrica em que o ser humano está separado, é considerado superior e domina a natureza. O conflito entre estas lógicas não encontra possibilidade de conciliação nos marcos e instituições hegemônicas pela ordem capitalista.

3. Estes mecanismos estabelecem regras de uso externas às comunidades, na maioria das vezes com pouca transparência, e impõem controles burocráticos ou impedem, até mesmo por meio de segurança, os usos tradicionais e comunitários. Mecanismos de cooptação e fiscalização introjetados na comunidade criam divisões e fragilizam a resistência coletiva.

4. A ausência do Estado, de políticas públicas que garantam condições dignas de vida e trabalho, e a redistribuição de recursos monetários relacionados às iniciativas econômicas das comunidades transformam-se praticamente em uma

chantagem, que faz os mecanismos da economia verde parecerem ser a única possibilidade para aumentar o bem estar material das comunidades.

5. Ainda que, no Brasil, alguns mecanismos como REDD e PSA não possam ser atualmente relacionados ao mercado de crédito de carbono e compensações internacionais, ao se desenvolverem criarão a estrutura institucional e a legitimidade que pode ser posteriormente acionada com o objetivo de exploração e especulação dos territórios.

6. A produção capitalista de “preservação sem gente” se intensifica e envolve novos atores e ações voltadas ao uso da natureza na etapa atual de financeirização da natureza. Há também uma diferença de lógica, na qual o conflito de terras se dá sob outra ótica: não é diretamente a propriedade da terra que está em disputa, e sim o uso de determinados “recursos naturais” ou “serviços ambientais” que podem ser contratualizados, numa relação muito desigual entre as comunidades e as ONGs ou empresas que propõem estes contratos. Tira-se, assim, a autonomia de uso das populações, mas não a propriedade. Estes contratos ainda estabelecem medidas de tempo alheias às comunidades: é o caso de contratos negociados no mercado futuro e de propostas de cessão de uso por 99 anos.

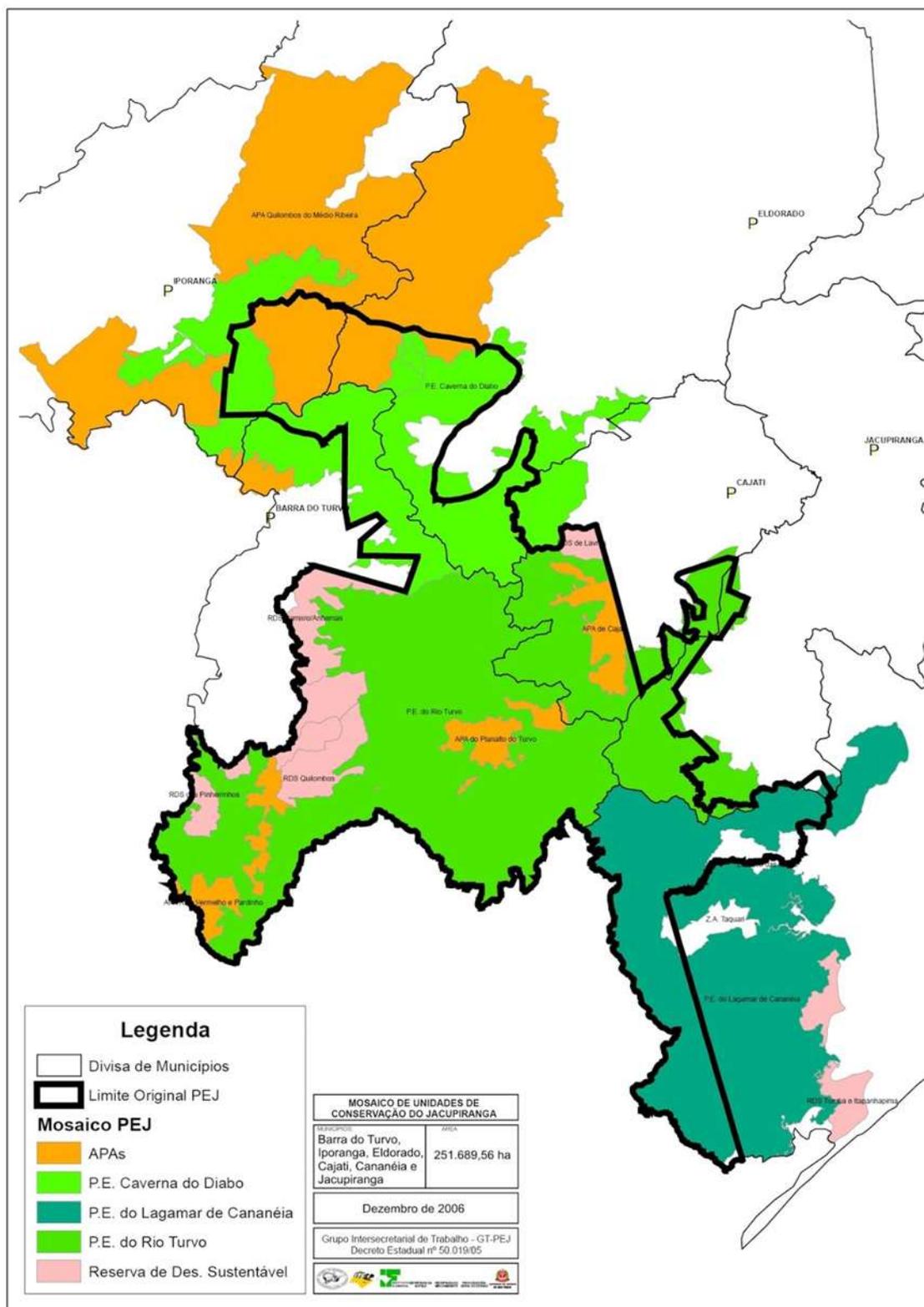


Imagem 01: Mapa do MOJAC⁷

⁷ Disponível em: <http://blogdocrf.blogspot.com/2016/05/historia-cultura-e-conservacao-no-10-uc.html>

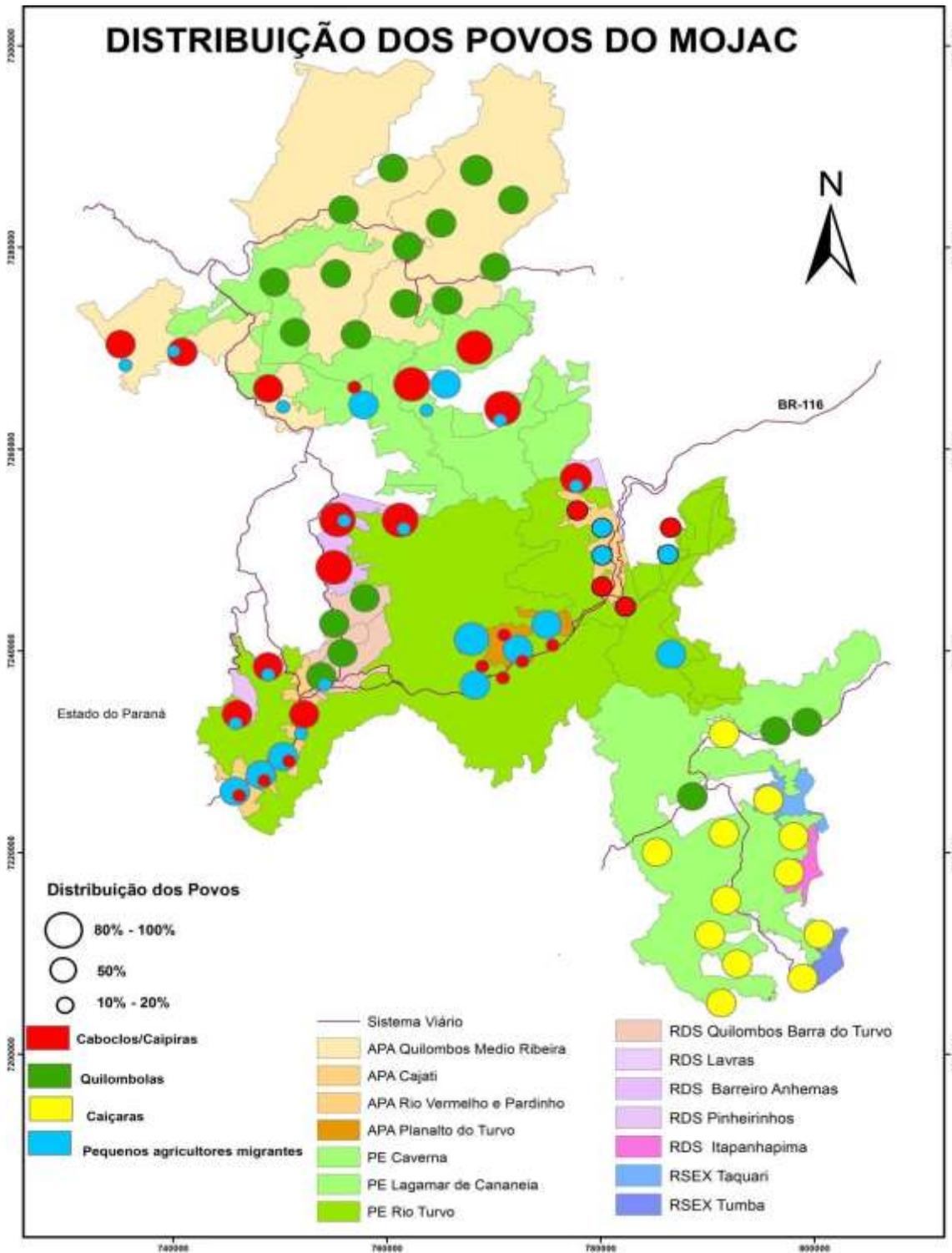


Imagem 02: Mapa dos Povos do Mojac (BIM, 2012).

REFERÊNCIAS:

ATI - Amigos da Terra Internacional. Década Cero. Necesitamos medidas rápidas e audaces para enfrentar las causas estructurales del cambio climatico. Amsterdã. 2016

Bernini, Carina Inserra. A produção da “natureza conservada” na sociedade moderna: Uma análise do Mosaico de Jacupiranga. Vale do Ribeira/SP. 2015. 290 p. Tese de Doutorado. USP/São Paulo.

Bim, Ocimar José Baptista. Furlan, Sueli Angelo. Mosaico Do Jacupiranga - Vale Do Ribeira/SP: Conservação, Conflitos E Soluções Socioambientais. Agrárias. USP/São Paulo. No. 18, 2013.

Departamento Nacional de Produção Mineral. Sumário mineral 2014. Vol. 34. Disponível em: < www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2014>. Acesso em: 15 set. 2018.

Exame. Áreas verdes valorizam 847% no Estado de São Paulo. Disponível em <www.exame.abril.com.br/negocios/dino/areas-verdes-valorizam-847-no-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 15 set. 2018.

FASE- Solidariedade e Educação. Visões Alternativas ao Pagamento por Serviços Ambientais. Caderno de debates. Rio de Janeiro. 2013.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. 10 alertas sobre REDD para as comunidades. Disponível em: <www.wrm.org.uy/pt/files/2012/10/10_Alertas_REDD_impresion_port_peq.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

Quilombos do Ribeira. Vale do Ribeira. Disponível em: <www.quilombosdoribeira.org.br/vale-do-ribeira>. Acesso em: 16 set. 2018.

SOF. En lucha contra la mercantilización de la vida: La presencia de la Marcha Mundial de las Mujeres em la Cumbre de Los Pueblos. São Paulo. 2012.